

LURDES VARREGOSO MESQUITA

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

 GESTLEGAL

Nota Prévia	7
Abreviaturas	9

CAPÍTULO I

I. DIREITO PROCESSUAL CIVIL	13
1. Noção e função	13
2. Processo Civil Moderno: natureza pública e autónoma; processo de resultados	16
2.1. Natureza pública do Direito Processual Civil.....	16
2.2. Autonomia do Direito Processual Civil (e instrumentalidade do processo)	17
2.3. Processo de Resultados	18
3. Tutela judicial e acesso à justiça: direito de acção e outras formas de composição do litígio	21
3.1. Acesso à justiça e direito à acção.....	21
3.2. Formas extrajudiciais (ou complementares) de composição do litígio....	24
a. A inclusão dos RAL na arquitectura da administração da justiça portuguesa.....	25
b. Enquadramento, caracterização e evolução dos RAL em Portugal.....	28
i. Julgados de Paz	28
ii. Arbitragem institucionalizada	30
iii. Mediação — modalidades e sistemas públicos.....	32
iv. Meios de RAL — considerações finais: institucionalizar, profissionalizar e consciencializar.....	36
4. Fontes do Direito Processual Civil	38
4.1. Constituição da República Portuguesa	38

ÍNDICE

4.2. Direito da União Europeia.....	39
4.2.1. Europeização do Direito Processual Civil.....	39
a. Enquadramento e motivação.....	39
b. Direito Processual Civil Europeu.....	42
4.3. Direito Internacional.....	45
4.3.1. Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado Inter- nacional — UNIDROIT.....	45
4.3.2. Convenções Internacionais.....	46
4.4. Lei (ordinária).....	48
4.4.1. Código de Processo Civil de 1876.....	48
4.4.2. Código de Processo Civil de 1939.....	50
4.4.3. Código de Processo Civil de 1961.....	50
4.4.4. Reforma de 1995/96.....	52
4.4.5. Código de Processo Civil de 2013.....	54
5. Princípios Gerais do Direito Processual Civil.....	55
5.1. Princípio do Dispositivo.....	56
5.1.1. Do impulso processual.....	56
5.1.2. Da delimitação do objecto do litígio.....	57
5.1.3. Dos limites da sentença.....	61
5.1.4. Outras manifestações: vicissitudes da instância.....	62
5.2. Princípio do Contraditório.....	67
5.3. Princípio da Gestão Processual.....	69
5.4. Princípio do Inquisitório.....	72
5.4.1. Princípio da Aquisição Processual.....	73
5.4.2. Princípios da Mediação, Oralidade e Concentração e da Livre Apreciação da Prova.....	74
5.5. Princípio da Cooperação.....	76
5.6. Princípio da Igualdade ou Paridade das Partes.....	77
5.7. Princípio da Economia Processual.....	78

CAPÍTULO II

II. CLASSIFICAÇÃO DAS ACÇÕES QUANTO AO OBJECTO.....	83
1. Acção Declarativa.....	83

ÍNDICE

•	
2. Acção Executiva	84
3. Espécies de Acções Declarativas.....	86
3.1. Acção Declarativa de Simples Apreciação.....	86
3.2. Acção Declarativa de Condenação	88
3.3. Acção Declarativa Constitutiva	89
4. Espécies de Acções Executivas	91
4.1. Classificação legal	91
4.2. Título executivo e suas tipologias.....	93
a. Títulos executivos judiciais	95
b. Títulos judiciais impróprios	96
c. Títulos executivos extrajudiciais	98
III. CLASSIFICAÇÃO DAS ACÇÕES QUANTO À FORMA — PROCESSO COMUM E PROCESSOS ESPECIAIS	101
1. Processo declarativo comum.....	102
2. Processo executivo comum.....	103
3. Processos especiais.....	106
3.1. Acção declarativa especial para exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contrato (AECOPEC).....	107
IV. CLASSIFICAÇÃO DAS ACÇÕES QUANTO AOS INTERESSES EM DISCUSSÃO	117
1. Processos de jurisdição litigiosa e processos de jurisdição voluntária — Ter- mos da distinção	117
2. Processos de jurisdição voluntária — características	119

CAPÍTULO III

V. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONSEQUÊNCIAS DA SUA FALTA	123
1. Noção e enquadramento dos pressupostos processuais	123
2. Pressupostos processuais relativos às partes	125
2.1. Personalidade judiciária	126
2.1.1. Consequências processuais da falta de personalidade judiciária....	129

ÍNDICE

•

2.2. Capacidade judiciária	130
a. Casos de incapacidade e seu suprimento (menores e maiores acompanhados sujeitos a representação).....	131
b. Maior acompanhado não sujeito a representação	133
c. Outras situações.....	134
2.2.1. Consequências da falta de capacidade judiciária — falta de representação ou representação irregular	135
2.2.2. Consequências da falta de capacidade judiciária — falta de autorização do acompanhante do maior	137
2.3. Falta de autorização ou de deliberação exigida por lei para o exercício dos poderes de representação	138
2.4. Legitimidade	139
2.4.1. Considerações gerais: noção e critério	139
2.4.2. Singularidade (ou dualidade) de partes e pluralidade de partes.....	143
2.4.3. Espécies de litisconsórcio.....	145
a. Litisconsórcio voluntário e litisconsórcio necessário.....	145
b. Caso especial de legitimidade dos cônjuges.....	148
2.4.4. Admissibilidade da coligação.....	151
i. Condições de fundo ou de compatibilidade e conexão substantiva	152
ii. Condições de forma ou de compatibilidade processual.....	154
2.4.1. Ilegitimidade (singular e plural) e consequências processuais	156
2.4.2. Ilegalidade da coligação e consequências processuais	157
2.5. Patrocínio judiciário obrigatório	158
2.5.1. Consequências processuais da falta de patrocínio judiciário obrigatório.....	162
2.6. Interesse em agir	163
2.6.1. Falta de interesse em agir	163
3. Pressupostos processuais relativos ao tribunal	164
3.1. Considerações prévias	164

ÍNDICE

•

3.2. Competência internacional dos tribunais portugueses.....	166
3.2.1. Questões introdutórias.....	166
3.2.2. Regulamento Bruxelas I (bis).....	168
3.2.3. Competência internacional dos tribunais portugueses à luz das normas processuais internas.....	172
3.3. Competência interna dos tribunais portugueses.....	176
3.3.1. Competência em razão da matéria.....	176
3.3.2. Competência em razão da hierarquia.....	179
3.3.3. Competência em razão do valor.....	180
3.3.4. Competência em razão do território.....	181
a. Foro real ou da situação dos bens (art. 70.º).....	182
b. Foro obrigacional (art. 71.º).....	183
c. Foro do autor (art. 72.º).....	184
d. Foro hereditário (art. 72.º-A).....	184
e. Foro conexional (art. 73.º).....	184
f. Foro geral ou do domicílio do réu (art. 80.º).....	185
g. Foro da execução.....	186
3.3.5. Competência interna convencional.....	188
3.4. Falta de pressuposto processual relativo ao tribunal ou incompetência do tribunal: espécie, regime e consequências ou efeitos da sua falta ..	189
3.4.1. Incompetência absoluta.....	189
3.4.2. Incompetência relativa.....	190
4. Pressupostos processuais relativos ao objecto da causa.....	192
4.1. Objecto da causa.....	192
4.2. Aptidão da petição inicial.....	194
4.2.1. Consequências da ineptidão da petição inicial.....	195
4.3. Não verificação de litispendência e caso julgado.....	195
4.3.1. Consequência da verificação de litispendência ou de caso julgado	196
Anexos	197
Bibliografia	201
Índice	209

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt